

SUMÁRIO

■ CAPÍTULO I

FUNDAMENTOS DO DIREITO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	29
1. HISTÓRICO E ORIGEM	29
2. CONCEITO	31
3. FONTES.....	33
4. PRINCÍPIOS.....	34
4.1. Princípio da exclusividade.....	34
4.2. Princípio da especificidade das proteções.....	35
4.3. Princípio da inderrogabilidade do domínio público subsequente	35
4.4. Princípio da novidade.....	35
4.5. Princípio do contributo mínimo	36
4.6. Princípio do interesse social	36
4.7. Princípio do desenvolvimento tecnológico e econômico.....	37
4.8. Princípio do tratamento nacional	37
4.9. Princípio da prioridade	37
4.10. Princípio da independência das patentes.....	38
4.11. Princípio da repressão do abuso do direito de patente.....	38
4.12. Princípio da adequada divulgação do objeto	38
4.13. Princípio do procedimento vinculado de concessão	38
4.14. Princípio da autoria.....	39
4.15. Princípio da proteção limitada.....	39
4.16. Princípio da temporariedade	39
5. TEORIAS	39
6. OMPI/WIPO	40
7. INPI.....	41
8. MARCOS REGULATÓRIOS.....	43
8.1. Regulamentos internacionais.....	43
8.1.1. Convenção da União de Paris de 1883	44
8.1.2. Convenção de Berna de 1886	46
8.1.3. <i>Patent Cooperation Treaty</i> de 1970.....	46

8.1.4.	Acordo de Madri de 1989	49
8.1.5.	Acordo TRIPS de 1994	49
8.1.6.	Outros TCI.....	50
8.2.	Regulamentos constitucionais.....	52
8.3.	Regulamentos legais e infralegais	55
8.3.1.	Normas legais e infralegais do direito de propriedade industrial.....	56
8.3.2.	Normas legais e infralegais de direito autoral	57
8.3.3.	Normas legais e infralegais da proteção <i>sui generis</i>	58
9.	SISTEMA DE DIREITO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	59
10.	A PROPRIEDADE INTELECTUAL E A INOVAÇÃO.....	61

■ CAPÍTULO II

DIREITO DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL.....	67
1. INTROITO	67
1.1. Titularidade.....	68
1.2. Disposições gerais.....	69
1.2.1. Recursos	69
1.2.2. Atos das partes, do INPI e retribuição.....	70
1.2.3. Prazos e prescrição	71
2. MODALIDADES DE DIREITO DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL	71
2.1. Patentes.....	72
2.1.1. Tipos de patentes.....	73
2.1.1.1. Invenção.....	73
2.1.1.1.1. Prazo de vigência da patente de invenção	73
2.1.1.2. Modelo de utilidade.....	75
2.1.1.2.1. Prazo de vigência do modelo de utilidade.....	75
2.1.2. Requisitos para patenteabilidade	76
2.1.2.1. Novidade.....	77
2.1.2.1.1. Período de graça	78
2.1.2.2. Atividade inventiva e ato inventivo	79
2.1.2.3. Aplicação industrial ou industriabilidade.....	80
2.1.2.4. Não impedimento	80
2.1.3. Prioridade unionista.....	82
2.1.4. Pedido e concessão da patente	83
2.1.4.1. Elementos obrigatórios do pedido.....	84
2.1.4.1.1. Relatório descritivo	85
2.1.4.1.2. Reivindicação	86

	2.1.4.1.3.	Desenhos	86
	2.1.4.1.4.	Resumo.....	87
	2.1.4.2.	Classificação IPC/CPC das patentes	87
	2.1.4.3.	Pedido, exame e concessão do pedido.....	88
	2.1.4.3.1.	Sistema <i>pipeline</i> de patentes	91
2.1.5.		Direitos conferidos	92
	2.1.5.1.	Patente realizada por empregado ou prestador de serviço	94
2.1.6.		Contrato de transferência de tecnologia patentária	95
	2.1.6.1.	Cessão e anotações	95
	2.1.6.2.	Licença voluntária.....	96
	2.1.6.3.	Licença compulsória.....	97
	2.1.6.3.1.	Licença compulsória por abuso de direito e do poder econômico.....	98
	2.1.6.3.2.	Licença compulsória de dependên- cia.....	99
	2.1.6.3.3.	Licença compulsória por interesse público.....	99
	2.1.6.3.4.	Licença compulsória humanitária.....	101
	2.1.6.3.5.	Licença compulsória do empregado ou prestador de serviço	102
	2.1.6.4.	Oferta de licença	102
2.1.7.		Certificado de adição de patente.....	103
2.1.8.		Patente de interesse da defesa nacional.....	103
2.1.9.		Nulidade da patente	104
2.1.10.		Extinção da patente.....	108
2.2.		Registro.....	108
	2.2.1.	Tipos de registro	109
	2.2.1.1.	Marca	109
	2.2.1.1.1.	Conceito.....	109
	2.2.1.1.2.	Requisitos para registrabilidade mar- cária	111
	2.2.1.1.3.	Irregistrabilidade marcária	113
	2.2.1.1.4.	Princípios marcários	122
	2.2.1.1.5.	Classificação das marcas	126
	2.2.1.1.6.	Marcas "especiais"	131
	2.2.1.1.7.	Direitos conferidos pelo registro mar- cário	135
	2.2.1.1.8.	Extinção do direito marcário	138
	2.2.1.1.9.	Prioridade unionista	139

	2.2.1.1.10.	Depósito do pedido, exames, concessão e certificação.....	140
	2.2.1.1.11.	Contratos de direito marcário.....	148
	2.2.1.1.12.	Nulidade do registro marcário.....	149
	2.2.1.1.13.	Prazo de vigência da marca.....	150
2.2.1.2.		Desenho industrial.....	150
	2.2.1.2.1.	Conceito.....	151
	2.2.1.2.2.	Requisitos para registrabilidade do desenho industrial.....	152
	2.2.1.2.3.	Irregistrabilidade do desenho industrial.....	154
	2.2.1.2.4.	Pedido, exame e concessão do registro do desenho industrial.....	154
	2.2.1.2.5.	Direitos conferidos pelo registro do desenho industrial.....	159
	2.2.1.2.6.	Nulidade do desenho industrial.....	160
	2.2.1.2.7.	Extinção do desenho industrial.....	161
	2.2.1.2.8.	Prazo de vigência do desenho industrial.....	161
2.3.		Indicação geográfica.....	161
	2.3.1.	Conceito e natureza.....	162
	2.3.2.	Tipos de indicação geográfica.....	163
	2.3.2.1.	Indicação de procedência.....	164
	2.3.2.2.	Denominação de procedência.....	165
	2.3.3.	Os termos não protegidos como indicação geográfica.....	166
	2.3.4.	Direitos conferidos.....	167
	2.3.5.	Pedido, exame e concessão da indicação geográfica.....	168
	2.3.6.	Prazo de vigência da indicação geográfica.....	171
2.4.		Repreensão à concorrência desleal e segredo industrial.....	171
	2.4.1.	Repreensão à concorrência desleal.....	172
	2.4.1.1.	Repreensão cível à concorrência desleal.....	176
	2.4.1.2.	Repreensão penal à concorrência desleal.....	176
	2.4.1.3.	<i>Trade dress</i>	179
	2.4.2.	Segredo industrial.....	182
3.		REPREENSÃO ÀS VIOLAÇÕES AO DIREITO DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL.....	185
	3.1.	Repreensão civil.....	185
	3.2.	Repreensão penal.....	188
	3.2.1.	Disposições gerais.....	188
	3.2.2.	Crimes contra as patentes.....	189
	3.2.3.	Crimes contra registro de marca e desenho industrial.....	191

3.2.3.1.	Crime cometido por meio de marca, título de estabelecimento e sinal de propaganda.....	193
3.2.4.	Crimes contra as indicações geográficas	193

■ CAPÍTULO III

DIREITO AUTORAL	199
1. CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA	199
1.1. Requisitos para proteção	201
1.1.1. Esteticidade.....	202
1.1.2. Originalidade.....	202
1.1.3. Inconfundibilidade	203
2. ABRANGÊNCIA E OBJETO	203
2.1. Terminologias.....	203
2.2. Obras protegidas.....	205
2.2.1. Formas de expressão das obras.....	205
2.2.1.1. Literária.....	205
2.2.1.2. Oral	206
2.2.1.3. Dramática e dramático-musical	206
2.2.1.4. Coreografia.....	206
2.2.1.5. Música	206
2.2.1.6. Audiovisual	207
2.2.1.7. Fotografia.....	207
2.2.1.8. Artes plásticas.....	207
2.2.1.9. Radiofônica e fonográfica	208
2.2.1.10. Programa de computador	208
3. DESNECESSIDADE DE REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.....	208
4. ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA AUTORAL.....	209
4.1. Associação de titulares	209
4.2. ECAD.....	210
5. MODALIDADES DE DIREITO AUTORAL	213
5.1. Direito do autor.....	213
5.1.1. Titularidade e autoria	213
5.1.2. Direitos dos autores em espécies	214
5.1.2.1. Direitos morais dos autores	214
5.1.2.2. Direitos patrimoniais dos autores.....	216
5.1.3. Utilização das obras	219
5.1.3.1. Edição.....	219
5.1.3.2. Comunicação ao público	220
5.1.3.3. Obra de arte plástica.....	220
5.1.3.4. Obra fotográfica	221

5.1.3.5.	Fonograma	221
5.1.3.6.	Obra audiovisual.....	221
5.1.3.7.	Bases de dados	222
5.1.3.8.	Obra coletiva	222
5.1.4.	Limitações dos direitos	223
5.1.5.	Transmissão dos direitos.....	225
5.1.6.	Prazo de vigência do direito do autor	227
5.2.	Direito conexo	227
5.2.1.	Titularidade.....	228
5.2.2.	Artistas intérpretes ou executores	228
5.2.3.	Produtores fonográficos.....	229
5.2.4.	Empresa radiofônica	230
5.2.5.	Direito de arena	230
5.2.6.	Prazo de vigência do direito conexo.....	231
5.3.	Programas de computadores	232
5.3.1.	Titularidade.....	233
5.3.2.	O caso dos jogos eletrônicos	233
5.3.3.	Direitos dos titulares de programa de computador	235
5.3.4.	Contratos com programa de computador	235
5.3.5.	Necessidade de registro.....	237
5.3.6.	Prazo de vigência do programa de computador	237
6.	Repreensão às violações de direito autoral	238
6.1.	Direito do autor e conexo	239
6.1.1.	Sanções cíveis.....	239
6.1.1.1.	Reprodução fraudulenta ou contrafação	239
6.1.1.2.	Comunicação ao público	240
6.1.1.3.	Omissão de direito moral.....	241
6.1.1.4.	Execução pública	241
6.1.2.	Sanções penais	242
6.2.	Programa de computador	245
6.2.1.	Sanções cíveis.....	246
6.2.2.	Sanções penais	246

■ CAPÍTULO IV

PROTEÇÃO SUI GENERIS	251
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	251
2. MODALIDADES DE PROTEÇÕES <i>SUI GENERIS</i>	252
2.1. Cultivares.....	252
2.1.1. Introito.....	252
2.1.2. Conceito	254

2.1.3.	Requisitos para proteção da cultivar	257
2.1.3.1.	Superioridade.....	257
2.1.3.2.	Novidade.....	258
2.1.3.3.	Distintividade ou distinguibilidade.....	258
2.1.3.4.	Homogeneidade	259
2.1.3.5.	Estabilidade.....	259
2.1.3.6.	Denominação própria.....	259
2.1.3.7.	Utilidade	261
2.1.4.	Titular ou obtentor e melhorista	261
2.1.5.	Cultivares passíveis de proteção.....	263
2.1.6.	Direito de proteção da cultivar	264
2.1.6.1.	Limites ao direito de exclusividade da proteção da cultivar	266
2.1.6.1.1.	Limite à exclusividade material e territorial	266
2.1.6.1.2.	Limites legais em sentido estrito da exclusividade.....	266
2.1.6.1.3.	Limite da exclusividade específica para cana-de-açúcar	268
2.1.7.	Prioridade internacional.....	269
2.1.8.	Órgão competente para a proteção da cultivar	270
2.1.9.	Pedido, trâmite, concessão e certificado da cultivar.....	272
2.1.10.	Licença compulsória e uso público restrito	277
2.1.11.	Nulidade e extinção da proteção da cultivar.....	280
2.1.12.	Prazo de vigência da proteção da cultivar	281
2.2.	Topografia de circuito integrado	282
2.2.1.	Introito.....	282
2.2.2.	Conceito e titularidade.....	284
2.2.3.	Requisitos para a proteção da topografia	286
2.2.4.	Necessidade de registro.....	287
2.2.5.	Pedido, tramitação e certificado de registro.....	287
2.2.5.1.	Atos e prazos.....	289
2.2.6.	Direitos conferidos	290
2.2.7.	Cessão e licenças da topografia	291
2.2.8.	Nulidade e extinção do registro da topografia	294
2.2.9.	Prazo de vigência e nulidade da topografia.....	295
2.3.	Conhecimentos tradicionais	295
2.3.1.	Considerações iniciais	295
2.3.2.	Conceito e titularidade.....	298
2.3.3.	O CGen e o SisGen.....	301
2.3.4.	Direitos protegidos pelos conhecimentos tradicionais.....	303

2.3.5.	Acesso, remessa e exploração econômica dos conhecimentos tradicionais.....	305
2.3.6.	Repartição de benefícios dos conhecimentos tradicionais	307
2.3.6.1.	O FNRB e o PNRB	312
2.3.7.	Prazo de vigência dos conhecimentos tradicionais	314
3.	Repreensão às violações à proteção <i>sui generis</i>	314
3.1.	Cultivar.....	314
3.2.	Topografia de circuitos integrados	315
3.3.	Conhecimentos tradicionais	316
■	REFERÊNCIAS	321